

Relatório & Contas

secret
br:
[Handwritten signature]

31 de dezembro de 2023

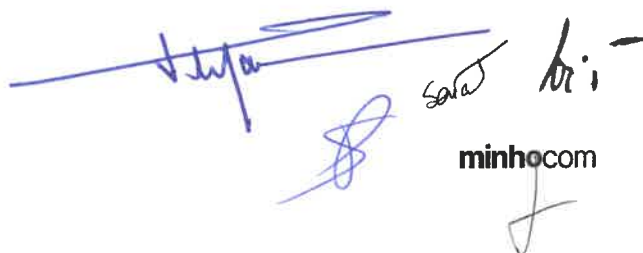
minhocom



Handwritten signature and initials in blue ink at the top right of the page.

Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	22
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	26
4. PERSPETIVAS FUTURAS	27
5. AÇÕES PRÓPRIAS	27
6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	28
7. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	28
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	28
9. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	28
10. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	29
11. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
12. NOTA FINAL	30
B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	31
C) ÓRGÃOS SOCIAIS	32
D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	33
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	33
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	34
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2023	35
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022	36
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	37
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	38
E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	63
F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	65



Handwritten signatures in blue ink are visible at the top right of the page. Below them is the logo for MINHOCOM, which consists of the word "minhocom" in a lowercase, sans-serif font, with a stylized graphic element resembling a lowercase 'j' or a similar character to its right.

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2023.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

A economia mundial cresce em 2023 a um ritmo moderado, influenciada pelo aperto das condições financeiras e pelo fraco crescimento do comércio global. As projeções do Banco Central Europeu (BCE) apontam para que o crescimento mundial diminua para 2,9% em 2023, 2,7% em 2024 e recupere para 3,0% em 2025, permanecendo abaixo da sua média entre 2010-19 (3,9%). Este perfil reflete o comportamento das economias mais avançadas, dado que se espera um crescimento estável em torno de 3,9% nas economias de mercados emergentes em 2023-25. Ainda assim, o crescimento da economia mundial foi liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), Japão e China, com a área do euro a dar sinais de fragilidade, devido especialmente à fraqueza da produção industrial da Alemanha num contexto de fraca procura e de condições financeiras restritivas. A variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) da área do euro deverá situar-se em 0,1% em 2023 e 1,0% em 2024.

As perspetivas de crescimento global permanecem rodeadas de uma elevada incerteza associadas ao prolongamento da guerra na Ucrânia e aos riscos de fragmentação no comércio internacional. As expectativas pioraram no segundo semestre de 2023 em resultado do menor dinamismo da economia chinesa, num contexto de aumento da instabilidade provocada pelos problemas em torno do setor imobiliário. O crescimento do comércio mundial deverá reduzir-se para 0,3% em 2023 e recuperar para taxas mais próximas das do PIB mundial em 2024-25. Em 2023, a evolução anémica do comércio mundial reflete a recomposição da procura global após o choque da pandemia, com um aumento do peso dos serviços e a queda da atividade na indústria, o setor mais intensamente envolvido no comércio internacional. Tal como o comércio mundial, o crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa será fraco em 2023 (0,2%), mas deverá recuperar para 2,8% em 2024 e 2,9% em 2025.

Indicadores Macroeconómicos	2021	2022	2023 ^(e)
PIB:			
EUA	5,8	1,9	3,0
União Europeia	6,0	3,4	0,1
Área Euro	5,9	3,4	0,1
Japão	2,2	1,0	1,6

Fonte: GPEARI Finanças

Leitura: Variação Percentual

(e) – estimativa [dados obtidos com referência a novembro de 2023]

As pressões inflacionistas abrandaram ao longo de 2023 na generalidade das economias avançadas, devido, sobretudo, à diminuição dos preços das matérias-primas e à gradual normalização das cadeias comerciais globais. Não obstante, persistiram dinâmicas diferentes entre os países, a taxa de inflação subjacente (*i.e.*, excluindo a energia e os produtos alimentares) permaneceu elevada e tem evoluído no sentido ascendente nos países da OCDE (Organização Europeia de Cooperação Económica), situando-se em 7%, em média, no decorrer de 2023 (6,8% em 2022), condicionando a ação futura da política monetária dos bancos centrais. Nos EUA, a taxa de inflação homóloga caiu para 3,1%, em média no decorrer de 2023 (média de 8% em 2022). Na área do euro, a taxa de inflação está igualmente em desaceleração e situou-se em 2,9% em outubro de 2023 (máximo de 10,6% em outubro 2022), impulsionada pelo desaparecimento dos efeitos de base nos preços da energia e dos serviços.

Indicadores Macroeconómicos	2021	2022	2023 ^(e)
Inflação:			
EUA	4,7	8,0	3,1
União Europeia	2,9	9,2	3,1
Área Euro	2,6	8,4	2,9
Japão	-0,2	2,5	2,8
Taxa de Desemprego:			
EUA	5,4	3,6	3,7
União Europeia	7,0	6,1	6,0
Área Euro	7,7	6,7	6,5
Japão	2,8	2,6	2,5
Índice de Produção Industrial:			
EUA	4,4	3,4	-0,4
União Europeia	9,0	3,0	-4,7
Área Euro	8,8	2,2	-5,7
Japão	5,8	0,0	-1,4

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças

Leitura: Variação Percentual

(e) - estimativa [dados obtidos com referência a novembro de 2023]

O preço médio do petróleo *Brent* situou-se em 82 USD/bbl (76€/bbl) no decorrer do ano de 2023. Face ao período homólogo regista-se uma redução de 20%, refletindo sobretudo um efeito de base, já que em meados de 2022 o preço desta matéria-prima alcançou o valor mais elevado desde a invasão da Ucrânia pela Rússia. O preço do gás natural de referência da Europa (*Dutch TTF*) apresentou uma tendência descendente ao longo do ano, situando-se em cerca de 36€/MWh no início de outubro, tendo diminuído para níveis inferiores aos prevalecentes antes da guerra na Ucrânia e associado ao acautelamento das reservas de gás natural e à crescente substituição das importações provenientes da Rússia por outros fornecedores.

Matérias-primas	2021	2022	2023
Petróleo Brent USD/Barril (1)	70,8	98,6	82,0

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal

Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD



Handwritten signature and stamp. The stamp includes the text "minhocom" and a stylized logo.

Os mercados financeiros internacionais recuperaram nas economias avançadas, impulsionados pelo ciclo económico resiliente dos EUA e pela evolução favorável dos títulos do setor bancário dos dois lados do Atlântico, estimulados pela subida das taxas de juro. Estes fatores determinaram uma maior apetência pelo risco por parte dos investidores, assistindo-se à valorização dos índices bolsistas da área do euro e dos EUA em 10% em 1% em termos acumulados, respetivamente (invertendo as quebras de 2022). Pelo contrário, os índices das economias emergentes, especialmente da China, evoluíram negativamente, refletindo as dúvidas crescentes quanto à dinâmica de retoma económica do país.

A política monetária continuou restritiva nas economias avançadas, com exceção do Japão, prosseguindo o objetivo de controlo da taxa de inflação. Após um aumento expressivo em 2022, a Reserva Federal dos EUA abrandou o ritmo de subida das taxas de juro de referência em 2023, para se situar entre 5,25% e 5,5% no final do ano. A política monetária do BCE manteve o carácter restritivo, tendo aumentado as taxas de juro oficiais em 200 pontos base, em termos acumulados este ano. As taxas de juro das operações principais de refinanciamento e da facilidade permanente de depósito ascenderam a 4,5% e 4%, respetivamente, no final de 2023. As taxas de juro dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência ascendente ao longo de 2023.

Taxas de Juro Referência	2021	2022	2023
Área do Euro	0,00	2,50	4,50
EUA	0,00 a 0,25	4,25 a 4,50	5,25 a 5,50
Japão	-0,10	-0,10	-0,10
Reino Unido	0,25	3,50	5,25

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Os aumentos das taxas de juro diretoras do BCE têm vindo a refletir-se num agravamento dos custos de financiamento do setor privado e numa dinâmica mais fraca dos empréstimos bancários na área do euro. As taxas de juro de novos empréstimos às famílias (crédito à habitação) e empresas aumentaram na área do euro e em Portugal. Os fluxos de empréstimos enfraqueceram de forma notória, num contexto de redução da procura das famílias e empresas e de condições de oferta de crédito menos favoráveis.

Assim, no final de dezembro de 2023, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 3,91%, 3,86% e 3,53%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para 5,59% no final de 2023.

Taxas de Juro Mercado Monetário	2021	2022	2023
Zona Euro			
Ester	-0,51	1,89	3,91
Euribor 1 mês	-0,58	1,88	3,86
Euribor 3 meses	-0,57	2,13	3,91
Euribor 6 meses	-0,55	2,73	3,86
Euribor 12 meses	-0,50	3,29	3,53
EUA			
Libor 3 meses	0,21	4,77	5,59
Reino Unido			
Libor 3 meses	0,26	3,87	5,32
Japão			
Tonar 3 meses	-0,02.	-0,02.	-0,04

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período

Nos mercados cambiais, o euro registou uma apreciação em termos ponderados, ao longo de 2023 face ao dólar, situando-se em 1,105 no final de dezembro de 2023.

Divisas	2021	2022	2023
EUR/USD	1,133	1,067	1,105
EUR/JPY	130,38	140,66	156,33
EUR/GBP	0,840	0,887	0,869
EUR/CHF	1,033	0,985	0,926

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Concluindo, o enquadramento internacional e financeiro aporta riscos para a atividade económica mundial, nomeadamente: a possibilidade de escalada das tensões geopolíticas; um abrandamento mais pronunciado da atividade na China, no contexto da crise do setor imobiliário; impactos mais adversos do aperto já ocorrido nas condições financeira e uma maior restritividade da política monetária, num cenário de inflação persistente.

[Handwritten signatures and marks]
Sara
br:
minhocom
f

1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa apresentou um desempenho favorável em 2023, mas a um ritmo de crescimento inferior ao esperado. As projeções do BCE apontam para taxas de variação do PIB de 2,1% em 2023, 1,5% em 2024 e 2,1% em 2025. Após o dinamismo no início de 2023, a atividade económica terá estagnado a partir do segundo trimestre. O abrandamento económico em Portugal reflete o menor dinamismo nos principais parceiros comerciais, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que implicou um agravamento das condições financeiras na área do euro e em Portugal. Face à área do euro, a economia portuguesa continuará a apresentar um crescimento superior no período de 2023-24, com um diferencial médio anual de 0,5 p.p.

A inflação manteve ao longo de 2023 uma tendência de desaceleração. A redução observada tem refletido a evolução dos preços dos bens, sobretudo energéticos e alimentares, mantendo-se o crescimento elevado dos preços dos serviços. As projeções apontam para a convergência da inflação em 2025 para valores consistentes com a estabilidade de preços, num contexto de restritividade da política monetária e expectativas de inflação ancoradas no objetivo do BCE. O perfil da inflação em Portugal ao longo do horizonte acompanha o projetado pelo BCE para a área do euro. Assim, a outubro de 2023, a inflação foi de 3,5%, continuando o processo de abrandamento que se vem sentindo desde o início do ano.

O crescimento económico português em 2023 refletiu o contributo positivo das exportações e do investimento. Projeta-se crescimentos das exportações de bens e serviços de 4,1% em 2023, 2,1% em 2024 e 3,9% em 2025. Após uma evolução favorável no início de 2023, as exportações terão registado uma contração, refletindo a fraqueza da procura externa, a redução das receitas de turismo em termos reais e estrangulamentos temporários na produção automóvel. No ano projetam-se variações diferenciadas das exportações de bens e de serviços, de -1,2% e 12,9%, respetivamente. As importações desaceleraram de forma mais acentuada nos serviços (de 10% para 4,8%) do que nos bens (de 3,6% para 2,5%).

O consumo privado cresce a um ritmo inferior ao do PIB (1,0% em 2023 face a 5,6% no ano anterior). O rendimento disponível deverá registar ganhos reais, de cerca de 1% em 2023, beneficiando da moderação do deflator do consumo privado e do aumento do emprego e dos salários por trabalhador. Em oposição, o aperto das condições financeiras limitará os gastos de consumo. As taxas de juro mais elevadas implicam um aumento do serviço da dívida e restringem o acesso a novos empréstimos, afetando especialmente a despesa em bens duradouros em 2024-25. A evolução das condições financeiras contribui também, em geral, para uma maior propensão a poupar. A taxa de

Relatório & Contas 2023

Handwritten signatures and initials: "Santos", "bi", and a large signature.

minhocom

poupança deverá estabilizar em 6,6% em 2023 e aumentar gradualmente para 7,4% em 2025. Quanto ao consumo público é esperado um crescimento de 1,2% em 2023 e 2024.

Indicadores Macroeconómicos	2021	2022	2023 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	4,7	5,6	1,0
- Consumo Público	4,6	1,4	1,2
- FBCF	8,1	3,0	1,5
- Exportações	12,3	17,4	4,1
- Importações	12,2	11,1	1,3
- PIBpm	5,7	6,8	2,1
Inflação	0,9	8,1	5,4
Índice de Produção Industrial - IT	4,1	1,6	-4,4
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	14,2	23,4	-11,1
Índice PSI 20	13,7	2,8	11,7
Taxa de Desemprego	6,7	6,1	6,1

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
(e) - Estimativa [dados obtidos com referência a novembro de 2023]

O investimento desacelera, crescendo 1,5% em 2023, num quadro de financiamento mais oneroso e abrandamento da procura global. No entanto para 2024-25, projetam-se taxas de variação de 5% potenciadas pela aceleração da procura global e da execução dos fundos europeus. O investimento público deverá crescer em torno de 15% em 2023-24 e 8% em 2025.

O mercado de trabalho manteve uma evolução favorável, com mais emprego e ganhos reais dos salários, estimando-se um crescimento de 0,8% em 2023. Os ganhos de produtividade por trabalhador deverão ser superiores aos observados nos anos pré-pandemia. Esta evolução deverá beneficiar de algumas tendências em curso, como o aumento e modernização do *stock* de capital produtivo, a disseminação de novas tecnologias e o maior investimento na digitalização, os progressos na escolaridade da população em idade ativa e a reafetação do emprego para setores mais produtivos. O aumento do emprego ocorre num contexto de crescimento da população em idade ativa (com os fluxos de imigração a mais que compensarem a evolução do saldo natural) e incrementos da taxa de atividade. A taxa de desemprego apresenta uma trajetória ligeiramente ascendente, situando-se em 6,1% no terceiro trimestre de 2023 (6,0% no período homólogo).

Concluindo, a economia portuguesa cresce 2,1% em 2023 num enquadramento externo e financeiro mais desfavorável. A política monetária continuou restritiva nas economias avançadas, prosseguindo o objetivo do controlo da taxa de inflação, num quadro de financiamento mais oneroso, com reflexos

diretos no poder de compra das famílias. Em 2023, o contexto internacional continuou condicionado pelas tensões geopolíticas associadas à guerra na Ucrânia. O prolongamento e uma eventual escalada do conflito podem traduzir-se num recrudescimento das pressões inflacionistas sobre os bens energéticos e alimentares. Estas pressões podem também agravar-se caso se verifiquem novas reduções na produção petrolífera pelos membros da OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Neste contexto, e apesar dos riscos subjacentes ao cenário macroeconómico, espera-se um crescimento da economia portuguesa nos próximos anos, em virtude dos desenvolvimentos favoráveis no mercado de trabalho que contribuem para a resiliência da procura interna. De salientar que uma execução mais acelerada dos programas cofinanciados por fundos europeus representaria um estímulo adicional à procura interna portuguesa.

1.3 O setor das telecomunicações

O setor das telecomunicações demonstrou em 2023, além da vitalidade económica, um grande compromisso para reduzir a pegada ecológica, estando também a inovação em particular destaque com o lançamento de sistemas e ferramentas com potencial para revolucionarem o futuro do setor e das sociedades como as conhecemos hoje.

O setor das telecomunicações é um dos setores mais dinâmicos da economia mundial, tendo sido avaliado, no final do 1.º semestre de 2023, pela consultora IDC, em cerca de 1 554 mil milhões de dólares, com a China como maior mercado, seguida dos Estados Unidos e da Índia. As receitas dos operadores a nível global cresceram 3% comparativamente ao ano de 2022.

O crescimento do setor foi impulsionado por um conjunto amplo de fatores e tendências, de que se destacam o aumento da penetração da Internet, a mobilidade, o desenvolvimento de novas tecnologias (como o 5G, a computação em nuvem e a Inteligência Artificial), além da crescente procura por serviços de banda larga (indispensáveis para os populares serviços OTT de vídeo *streaming*, bem como de jogos *online*), de cibersegurança e de IoT, tendo todas contribuído para o reforço da importância da conectividade das pessoas e das coisas.

Foi verificada uma evolução muito significativa da população mundial online, que passou a ser de dois terços, com 280 milhões de novos utilizadores de internet em 2023, ainda que apesar da conectividade global estar em claro progresso, esta apresentar um ritmo distinto entre regiões.




minhocom

Como seria de esperar, 2023 terminou com um crescimento da população mundial coberta com rede móvel 5G, atingindo os 38%, um incremento de sete pontos percentuais comparativamente com o ano anterior.

O surgimento de novas tecnologias tem o potencial de acentuar o "digital divide" entre países ricos e pobres, sendo o 5G sintomático, com União Internacional das Telecomunicações (U.I.T.) a estimar a existência de uma cobertura de 89% da população nos primeiros e de apenas 1% nos países com baixos rendimentos, onde mais de 20% da população permanece desconectada.

Em 2023 as subscrições de serviços de banda larga mantiveram um forte crescimento. Nos últimos 5 anos, o crescimento das subscrições de serviços de banda larga móvel foi de 27% a nível mundial, sendo que naquele período e nos serviços de banda larga fixa, foi em média de 6,7% ao ano, mantendo-se por outro o declínio dos serviços telefónicos fixos.

O acesso à internet tornou-se globalmente mais acessível, ainda que em muitos países, a internet fixa não esteja disponível ou apresente um preço proibitivo para a maioria da população. Adicionalmente, o preço típico de uma subscrição de um serviço básico de banda larga móvel num país pobre é, segundo a U.I.T., equivalente a 9% do rendimento médio nesses países, o que é vinte vezes mais do que acontece nos países ricos.

Neste ano, continuou a ser muito significativo o investimento em infraestruturas de rede fixa e móvel, indispensável para corresponder às necessidades dos consumidores. Estas evoluções permitiram que continuasse a crescer a percentagem do tráfego mundial internet com origem em serviços de banda larga móvel, tendo a U.I.T. estimado que em 2023, o tráfego internet gerado em redes fixas tenha sido de 83%.

Relativamente às perspetivas de atingimento de uma paridade de género na utilização de internet no mundo, apesar da evolução favorável ocorrida em 2023, em certas regiões do planeta (onde o uso da internet é baixo), continua a ser uma perspetiva distante.

Dados que segundo a U.I.T. caracterizam a sociedade digital mundial no final do ano de 2023:

- ✓ Cerca de 67% da população mundial tem acesso à internet (5,4 mil milhões de pessoas), um crescimento de 4,7% face ao ano anterior;
- ✓ Nos países ricos 93% dos habitantes usam internet, enquanto nos países pobres é de apenas 27%;
- ✓ As populações mais jovens têm mais acesso à internet do que outros grupos etários, jovens de 15 a 24 anos são a força motriz da conectividade, sendo de 80% na população mundial;

- ✓ A Europa é a região do mundo onde se verifica a maior percentagem da população com acesso à internet (90%), sendo inclusive de 98% nos jovens acima referidos;
- ✓ A localização da população determina a possibilidade de acesso à internet, sendo que nas zonas urbanas a percentagem mundial é de 81%, enquanto nas zonas rurais é de apenas 50%. Por regiões, a Europa apresenta a maior proporção de pessoas com internet em zonas rurais (88%).

O ano de 2023 ficou claramente marcado pela notoriedade alcançada pela Inteligência Artificial (IA), especialmente pelas ferramentas de IA generativas como o ChatGPT, que em tempo recorde obtiveram uma adoção em massa, redefinindo o percurso de toda uma indústria.

A IA tornou-se uma das tecnologias mais disruptivas de sempre, com o potencial para automatizar tarefas, criar novas perspetivas e melhorar a tomada de decisão, promovendo uma transformação sem paralelo na sociedade e na economia. Todavia levantou um conjunto de preocupações éticas e sociais, dada a sua capacidade para reforçar preconceitos, disseminar desinformação ou violar a privacidade, sendo, portanto indispensável a sua adoção segundo princípios de utilização responsável e inclusiva.

A nível internacional, em 2023, o setor das telecomunicações ficou marcado pelas seguintes tendências e movimentos:

i. Subsídio governamental para cobertura em redes de fibra ótica:

- ✓ Os EUA lançaram o maior plano do género, o *BEAD Programme*, de 42,5 mil milhões de dólares para subsídios à construção de novas redes de banda larga, em que os operadores suportam 25% dos custos, mas têm de usar primordialmente equipamentos norte-americanos;
- ✓ A Espanha reforçou o Programa ÚNICO (*Universalización de Infraestructuras Digitales para la Cohesión*), que visa universalizar o acesso à banda larga ultrarrápida e a extensão de cobertura de redes 5G. Pretendem garantir que em 2025, 100% da população do país tenha cobertura com débito mínimo de 100 Mbps. Em 2023 foi anunciado um programa de 500 milhões de euros para cobertura 5G em zonas rurais (localidades com menos de 10 mil habitantes);
- ✓ Em Portugal foi lançado o concurso público internacional para a instalação de redes de banda larga nas chamadas "zonas brancas" - territórios onde não existe cobertura de rede ou esta não revela a qualidade adequada.

ii. Reforço dos investimentos na cobertura com redes em fibra ótica:

- ✓ Na Alemanha, a Deutsche Telekom anuncia a expansão da cobertura e aumenta o ritmo de construção;
- ✓ Também na Alemanha, a OXG, *joint-venture* da Vodafone com a Altice, começou a construção para cobrir 150 cidades até 2024.

iii. Consolidação dos movimentos de fusão ou compra de Operadores:

- ✓ Destaque principal para o anúncio no Reino Unido da fusão entre os Operadores Vodafone e Three, no valor de 16,5 mil milhões de libras e que se tornará no maior operador inglês, com 28 milhões de clientes;
- ✓ Em Espanha a Zegona compra a Vodafone Espanha por 5 mil milhões euros;
- ✓ A Telecom Itália aprovou uma proposta da KKR (fundo de investimento norte americano) para compra da sua rede fixa por 18,8 mil milhões euros, com o propósito de reduzir a sua dívida;
- ✓ O grupo Iliad propôs ao grupo Vodafone a fusão de ambos os operadores em Itália, de que poderá resultar uma empresa com faturação anual de 5,8 mil milhões de euros;
- ✓ A Digi Espanha anunciou estar em conversações com a Onivia (operador grossista espanhol detido pelo fundo Macquarie), para a venda da sua rede FTTH em Espanha;
- ✓ A Finetworks procura em Espanha fazer o mesmo movimento de venda dos seus ativos em redes de fibra ótica;
- ✓ A Vodafone Portugal fechou um acordo com a Lorca JVCO, acionista da Másmóvil Ibercom, para a compra da empresa Cabonitel, detentora da Nowo Communications. A Autoridade da Concorrência só decide em 2024 se aprova compra.

iv. Intervenção regulatória para clarificação dos apoios

- ✓ A UE apresentou uma proposta designada "*Gigabit Infrastructure Act*" com o propósito de regular o desenvolvimento de redes de telecomunicações na UE;
- ✓ A UE também emitiu uma recomendação de decisão provável relativa à temática da implementação de *Gigabit*, destinada aos reguladores dos países da UE, para regulação das condições de acesso a redes de operadores que detenham poder de mercado significativo;
- ✓ A UE anunciou que, pela primeira vez, encoraja ativamente operações de consolidação ou de fusão e aquisição transfronteiriças.

v. Acentuaram-se os projetos e programas de migração das redes cobre e dos serviços ADSL, para as redes em fibra, nomeadamente em Operadores europeus (KPN, Telenor Noruega e Telefónica Espanha), significando em 2023 a desativação de milhões de linhas em cobre.

vi. Inovação como fator de diferenciação de mercado:

- ✓ Lançamento pela Vodafone Portugal de um serviço pioneiro na Europa, designado Fibra transparente, que consiste num serviço residencial *Fiber to the Room* baseado em *access points* que garantem a velocidade de internet máxima e igual latência, em qualquer divisão da habitação;
- ✓ O operador pan-europeu, euNetworks, passou a ter numa rota de Londres, 26 km da sua rede core fibra com a tecnologia *Hollow* (patenteada pela Microsoft) e que garante menor atenuação;
- ✓ A *Quantum Internet Alliance*, que é um projeto financiado em 24 milhões de euros pela União Europeia e que envolve Institutos e empresas europeias de R&D, com o propósito de tentar construir uma infraestrutura de rede baseada na física quântica, obteve resultados iniciais promissores, podendo abrir caminho para uma nova internet;
- ✓ O Operador espanhol R, anunciou um projeto para testar a resiliência das suas infraestruturas em fibra ótica, através de tecnologia de física quântica.

A nível nacional, em 2023, o setor das telecomunicações ficou marcado pelos seguintes resultados e atividades (informação relativa ao final do 3º trimestre):

- ✓ As receitas acumuladas dos operadores portugueses (segundo a ANACOM) cresceram 6% comparativamente com o período homólogo do ano anterior, superando os 2,9 mil milhões de euros e fazendo com que provavelmente o setor termine o ano de 2023 com um valor global de receitas superior a 3,9 mil milhões de euros;
- ✓ A contribuir para este crescimento, esteve o aumento em 7,8% (no início de 2023) dos preços impostos pela generalidade dos operadores retalhistas nos serviços oferecidos em pacotes, com aumentos de preços contratuais indexados à inflação verificada em Portugal;
- ✓ O principal aumento nas receitas do setor (12,2%) comparativamente com o período homólogo resultou dos pacotes 4/5P (*quadruple/quintuple play*) que dominam as subscrições nacionais com 55% do volume, mas com 67% das receitas totais. As receitas provenientes dos serviços móveis (não integrados em pacotes) foram a segunda rubrica que mais cresceu naquele período;
- ✓ No que respeita aos cabos submarinos, 2023 foi um ano de muitas novidades e apostas estratégicas. A Altice anunciou o prolongamento até 2028 da vida útil do *CAM Ring*, permitindo a compatibilização com os prazos previstos de início de operação do novo *CAM Ring*. O governo prepara legislação para a criação de “corredores submarinos” e para simplificar a implementação de novos cabos submarinos;

- ✓ A Google lançou um novo cabo submarino, chamado "Nuvem", que em 2026 interligará Portugal, as Bermudas (*Digital Atlantic Hub*) e os EUA, permitindo a interligação a outros cabos da Google, o Equiano e o Firmina;
- ✓ O centro de dados da Start Campus efetuou acordos com gigantes internacionais como a EllaLink, EXA, DE-CIX e a Colt. Foi anunciado ainda que a *EXA Infrastructure* se comprometeu a investir em duas novas rotas terrestres redundantes entre Sines e Madrid, além de anunciarem uma parceria com a Colt para fomentar a atual rota, dando-lhe mais capacidade;
- ✓ No âmbito do pacote de remédios apresentado relativo ao processo de compra da Nowo pela Vodafone, tendo esta última estabelecido um acordo com a DIGI que prevê a venda de 40 MHz de espectro comprado pela Nowo no leilão 5G, bem como o acesso a uma oferta grossista *Bitstream* fibra nas zonas em que haja sobreposição das redes da Nowo com a Vodafone;
- ✓ A Altice anunciou em setembro o lançamento para os segmentos residencial e empresarial, de uma oferta de serviços XGS-PON a 10 Gbps simétricos, disponíveis unicamente em todas as capitais de distrito e que conta com o contributo da inovação portuguesa da Altice Labs. Foi também anunciado no mesmo mês, que a Altice Portugal vai iniciar o desligar da rede móvel 3G;
- ✓ A NOS anunciou em fevereiro a obtenção, junto de um sindicato bancário liderado por bancos portugueses, de um novo financiamento, no montante de 350 milhões de euros em dívida "verde";
- ✓ Em novembro o governo aprovou o lançamento do concurso público para instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de fibra ótica em territórios onde a mesma não exista, tendo em dezembro, após a aprovação pela UE da operação e do mecanismo de financiamento público, sido publicado o concurso para cobertura das chamadas zonas brancas, num investimento global previsto de cerca de 425 milhões de euros;
- ✓ Ao nível regulatório, a ANACOM impôs à FastFiber (controlada pela Altice) a disponibilização de uma oferta grossista para acesso à sua rede de fibra ótica, em 612 freguesias, 90% das quais em zonas Fibroglobal (adquirida pela Fastfiber). Em novembro e na sequência da avaliação regular que faz do funcionamento dos mercados que são suscetíveis de regulação setorial, a ANACOM impôs às empresas do Grupo Altice a obrigação de acesso à sua rede de fibra ótica, aplicável em 402 freguesias onde não existe concorrência efetiva, através da disponibilização de uma oferta PON e uma obrigação de acesso a fibra a um nível regional/local (oferta *bitstream* de fibra) que disponibilize aos operadores alternativos conectividades com débitos até 1Gbps; A ANACOM decidiu também que a Altice, no prazo de 2 anos, pode deixar de ter ofertas

reguladas baseadas na sua rede de cobre, nomeadamente as ofertas Rede ADSL PT, ORALL e ORCA;

- ✓ Finalmente, é de salientar que em setembro de 2023, um ano depois do lançamento, continuou muito baixa a adesão à tarifa social de acesso à Internet, uma vez que segundo a ANACOM, apenas haviam aderido 510 clientes dos 800.000 elegíveis.

A nível operacional, e analisando os dados publicados pela Autoridade Nacional de Comunicações, no que diz respeito ao serviços *over-the-top* (OTT), destacam-se a leitura de notícias *online* (79,7%), a participação em redes sociais (79,3%), a música *online* (72,6%) e o Internet *banking* (68,6%) com elevados níveis de participação entre os utilizadores de Internet em Portugal em 2023. A utilização de redes sociais em Portugal foi significativamente superior à média da UE27 (+14,5 p.p.). Por outro lado, a utilização de *e-commerce* e de *Internet banking* não foram tão populares em Portugal como na UE27. A pesquisa de informação sobre saúde (63,6%) foi dos serviços analisados que mais cresceu face ao ano anterior (+5,1 p.p.), entre os utilizadores de Internet, tendo ainda ultrapassado a média da UE27 (+2,1 p.p.).

O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes no final do terceiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo período ano anterior.

Evolução do número de clientes residenciais com acesso a Redes de Alta Velocidade

NUTS II	3T 2022		3T 2023		Var 3T 2023/ 3T 2022 (%)
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	
NORTE	1.103	79,9%	1.150	83,3%	4,3
CENTRO	684	75,2%	734	80,7%	7,4
A.M. LISBOA	1.152	96,6%	1.185	99,3%	2,8
ALENTEJO	191	65,6%	204	69,9%	6,7
ALGARVE	168	86,6%	184	94,7%	9,4
R.A. AÇORES	79	93,2%	83	97,4%	4,6
R.A. MADEIRA	86	91,1%	90	95,0%	4,2
TOTAL	3.465	83,5%	3.630	87,5%	4,8

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias). %

Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, no terceiro trimestre de 2023, o número de clientes residenciais que dispunham de serviços de alta velocidade em local fixo ascendeu a cerca de 3,6 milhões, mais 4,8% do que o registado em igual período do ano anterior.

Dado o posicionamento das empresas do grupo **dst** telecomunicações, no qual a Minhocom se encontra inserida, no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados, no terceiro trimestre de 2023, 97,8% das famílias dispunham do serviço de distribuição de sinais de televisão por subscrição (TVS).

O número de assinantes foi de 4,6 milhões, mais 107 mil do que no mesmo período do ano anterior. O ritmo de crescimento do número de assinantes deste serviço abrandou, registando-se o crescimento anual (+2,4%) mais baixo desde o final de 2013. O crescimento do serviço deveu-se às ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH), que registaram mais 212 mil assinantes face ao ano anterior (+7,9%), atingindo 2,9 milhões de assinantes. Este crescimento resultou não só da captação de novos clientes, mas também da transferência para FTTH de clientes que anteriormente se encontravam suportados noutras redes.

A tabela seguinte detalha estes efeitos.

Número de assinantes de TV por Subscrição

- *por tecnologia* -

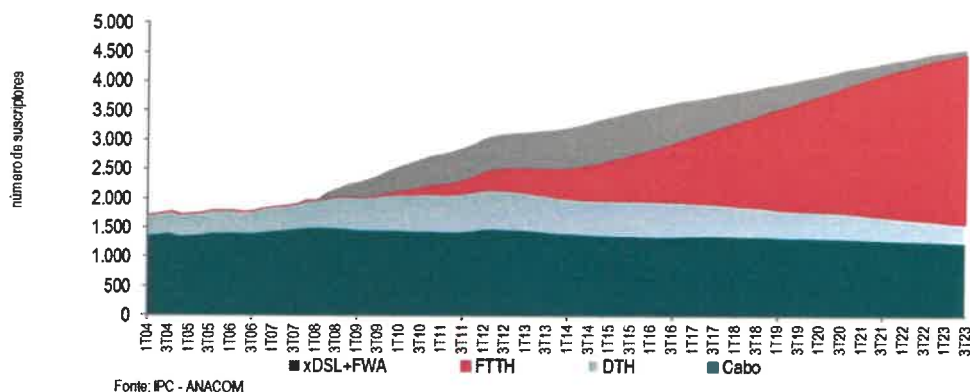
	3T22	3T23	Δ (%)
Cabo	1.267	1.243	-1,9%
DTH	371	334	-10,0%
FTTH	2.670	2.882	7,9%
xDSL+FWA	147	103	-29,7%
Total	4.455	4.562	2,4%

Unidade: Milhares de assinantes

Fonte: Anacom

Desde 2018 a tecnologia FTTH tem sido a principal forma de acesso a este serviço, como se pode apreciar no gráfico seguinte. No terceiro trimestre de 2023, a tecnologia FTTH suportou 63,2% do total de assinantes, seguindo-se a TV por cabo (27,3%), a TV via satélite – DTH (7,3%) e o ADSL (2,3%).

Evolução histórica das tecnologias de suporte da TV por Subscrição



No final do terceiro trimestre de 2023, a MEO foi o prestador com a quota de assinantes do serviço de distribuição de sinais de TV por subscrição mais elevada (41,4%), seguindo-se o Grupo NOS (36,5%), a Vodafone (19,1%) e a NOWO (2,8%). A MEO e a Vodafone foram os prestadores que, em termos líquidos, mais assinantes captaram face ao mesmo período do ano anterior, tendo as suas quotas aumentado 0,4 p.p. Por outro lado, diminuíram as quotas do Grupo NOS (-0,7 p.p.) e da NOWO (-0,2 p.p.).

Quotas do serviço de distribuição de sinais de TV por Subscrição

Operador	3T2022	3T2023	Δ (p.p.)
MEO	41,0	41,4	0,4
Grupo NOS	37,2	36,5	-0,7
NOS Comunicações	34,8	34,2	-0,6
NOS Madeira	1,6	1,6	0,0
NOS Açores	0,8	0,8	0,0
Vodafone	18,7	19,1	0,4
NOWO	3,0	2,8	-0,2
Outros prestadores	0,1	0,1	0,0

Unidade: %

Fonte: ANACOM

Em relação ao número de clientes de acesso à Internet em local fixo, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o número de acessos de banda larga fixa aumentou em 144 mil acessos (+3,2%), tendo atingido 4,6 milhões.

A fibra ótica (FTTH/B) foi a principal forma de acesso à Internet em banda larga fixa, atingindo 65,6% do total de acessos, mais 2,8 p.p. do que no 3.º trimestre de 2022. O FTTH foi também responsável pelo crescimento do número de acessos. Nos últimos 12 meses, o número de acessos suportados em fibra ótica aumentou em 220 mil acessos (+7,9%). Os acessos suportados em redes de TV por cabo diminuíram 1,0%, representando 25,8% do total. Os acessos fixos suportados nas redes móveis diminuíram 4,4%, tendo um peso de 5,3%. Os acessos ADSL mantiveram a tendência decrescente, tendo diminuído 28,7%, substituídos por acessos de nova geração. O ADSL representa 3,0% do total de acessos, conforme se pode analisar na tabela abaixo.

Número de acessos à Internet em local fixo

	3T2022	3T2023	Δ %
Total de acessos, dos quais:	4.429	4.572	3,2%
Acessos FTTH/B	2.781	3.001	7,9%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	62,8%	65,6%	5%
Acessos modem cabo	1.190	1.178	-1,0%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	26,9%	25,8%	-4%
Acessos ADSL	194	139	-28,7%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	4,4%	3,0%	-31%
Acessos de Rede Móvel (GSM/UMTS/LTE/...)	255	244	-4,4%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	5,8%	5,3%	-7%
Outros acessos	8	11	45,2%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	0,2%	0,2%	41%

Unidade: Milhares de acessos, %

Fonte: ANACOM

Nos mercados do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa, estão presentes quatro entidades com quotas de subscritores relevantes: a MEO (41,1%), o Grupo NOS (33,8%), a Vodafone (21,9%) e a NOWO (2,8%). Em comparação com o trimestre homólogo, a Vodafone foi o prestador cuja quota de acessos mais aumentou (+0,3 p.p.), enquanto a MEO foi o prestador que captou mais clientes em termos líquidos, tendo aumentado a sua quota em 0,2 p.p. As quotas do Grupo NOS e da NOWO diminuíram (0,3 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente).

A quota de mercado em número de acessos detida por cada um dos operadores apresenta-se no quadro a seguir.

Quotas de acessos à Internet em local fixo

Operador	3T2022	3T2023
Grupo Altice (MEO)	40,8	41,1
Grupo NOS	34,1	33,8
NOS Comunicações	31,9	31,6
NOS Madeira	1,5	1,5
NOS Açores	0,7	0,7
Vodafone	21,6	21,9
NOWO	3,0	2,8
Outros prestadores	0,4	0,4

Unidade: %

Fonte: ANACOM

No final do primeiro semestre de 2023 (1S2023), 89,7% dos acessos de banda larga fixa eram acessos de banda larga ultrarrápida (i.e., velocidade de *download* superior ou igual a 100 Mbps), mais 2,3 p.p. do que no ano anterior. Os dados mais recentemente publicados, indicam que, em julho de 2022, Portugal era o quarto país da União Europeia (UE27) com maior proporção de acessos com velocidades de *download* iguais ou superiores a 100 Mbps.

O tráfego total de Internet em banda larga fixa aumentou 18,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo que no terceiro trimestre de 2022 tinha aumentado 12,8%.

É de salientar ainda que no terceiro trimestre de 2023 o tráfego médio mensal por acesso foi de 290 GB, mais 15,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Tanto no tráfego total como no tráfego médio mensal por acesso, tem-se vindo a atingir sucessivos máximos históricos.

No que respeita à voz fixa, no terceiro trimestre de 2023, o número de clientes do serviço telefónico fixo na modalidade de acesso direto era cerca de 4,4 milhões, mais 68 mil (+1,6%) do que no terceiro trimestre de 2022. O crescimento registado é consistente com a tendência histórica estimada e está associado à continuada penetração das ofertas em pacote que incluem telefonia fixa.

Relativamente aos serviços de 5G estima-se que, no final do terceiro trimestre de 2023, 15,1% dos utilizadores de serviços móveis e 19,8% dos utilizadores de internet móvel utilizaram a rede móvel 5G. Por outro lado, estima-se que, o tráfego cursado em redes 5G representou cerca de 11,3% do total de tráfego de dados móveis.

O Plano Plurianual de Atividades da ANACOM 2024-2026 integra as orientações estratégicas para o triénio 2024-2026 e as principais ações que serão realizadas nesse período, com relevo para as

relativas a 2024. A atuação da ANACOM nos próximos anos assenta nos seguintes objetivos estratégicos:

- Contribuir para que todo o País obtenha o máximo benefício em termos de escolha, preço, qualidade e segurança dos serviços postais e de comunicações eletrónicas, através de uma regulação ativa e exigente que promova o investimento eficiente, facilite a partilha de infraestruturas e assegure uma concorrência leal e dinâmica;
- Assegurar uma proteção máxima dos direitos dos utilizadores das comunicações, em todo o território e, em especial, junto das populações mais vulneráveis, através da promoção de um enquadramento regulatório que dê prioridade à informação e transparência e que desincentive e sancione más práticas;
- Fortalecer e responsabilizar a regulação em Portugal, através do respeito integral pela sua autonomia, isenção e independência e da exigência de um cumprimento rigoroso da sua missão, nomeadamente através da partilha de informação e conhecimento e da promoção da eficiência e da economia de meios e recursos indispensáveis à assunção plena das suas responsabilidades.

Estes objetivos estratégicos visam reforçar a eficácia no cumprimento da missão da ANACOM, essencial para o desenvolvimento sustentado do setor das comunicações, que vá ao encontro das necessidades de todos os utilizadores e defenda os direitos dos cidadãos.

2. Atividade da entidade

A **minhocom**, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM, doravante designada por “**minhocom**”, ou “entidade”, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de “*Equal Access Networks*”, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

À semelhança dos períodos anteriores, a sua atividade, ao longo de 2023, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

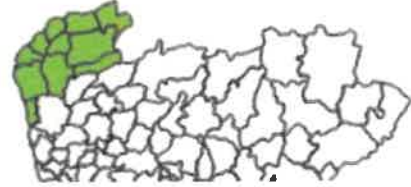
No início de 2022, surgiu um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, com impacto na economia mundial. Além das elevadas sanções à Rússia, impostas pela União Europeia, verificaram-se ainda milhares de refugiados. A guerra evidenciou a dependência da Europa em relação às fontes de energia da Rússia, o que levou a que os governos implementassem formas de reduzir essa dependência através do aprovisionamento de energia, da eficiência energética e da aceleração da transição para as energias renováveis. Mais recentemente, no final de 2023, o conflito israelo-palestiniano tomou novas proporções, provocou choques políticos profundos bem como instabilidade nos mercados.

A par disso, a economia mundial, que já se encontrava bastante afetada pela pandemia de COVID-19, continuou a enfrentar enormes dificuldades, tendo sido afetada pelos elevados níveis de inflação, pese embora ter-se assistido a um abrandamento face a 2022. Em consequência dos elevados níveis de inflação, as taxas de juros de referência definidas pelo Banco Central Europeu continuaram a subir ao longo de 2023 atingindo máximos de mais de uma década, com vários impactos na economia.

O Conselho Europeu criou o *Next Generation EU*, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise, que visa promover a resiliência e a convergência económica, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital. Este instrumento contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), assente em três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. O PRR vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. A implementação das reformas que lhe

estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela **minhocom** assume a configuração nos municípios constante na imagem e abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.



2.1. Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da **minhocom** implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

2.2. Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a **minhocom** um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente registo histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a **minhocom** se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

2.3. Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais.

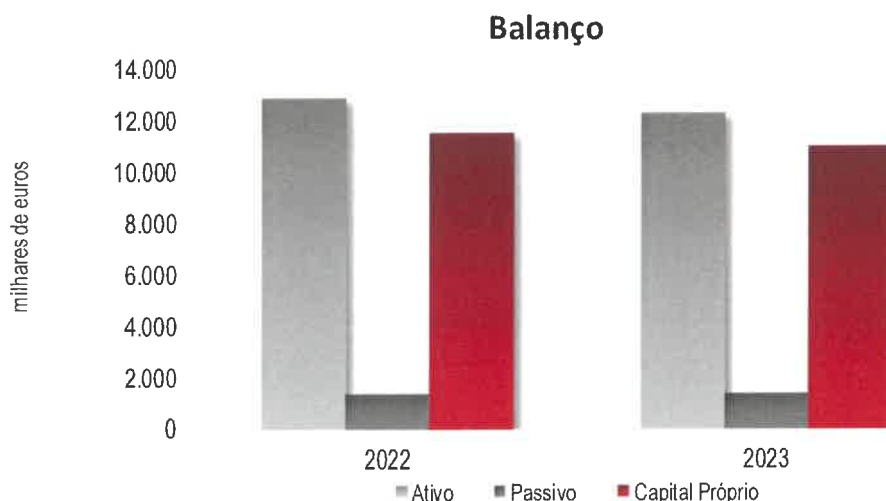
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à **minhocom** ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.4. Análise económico-financeira

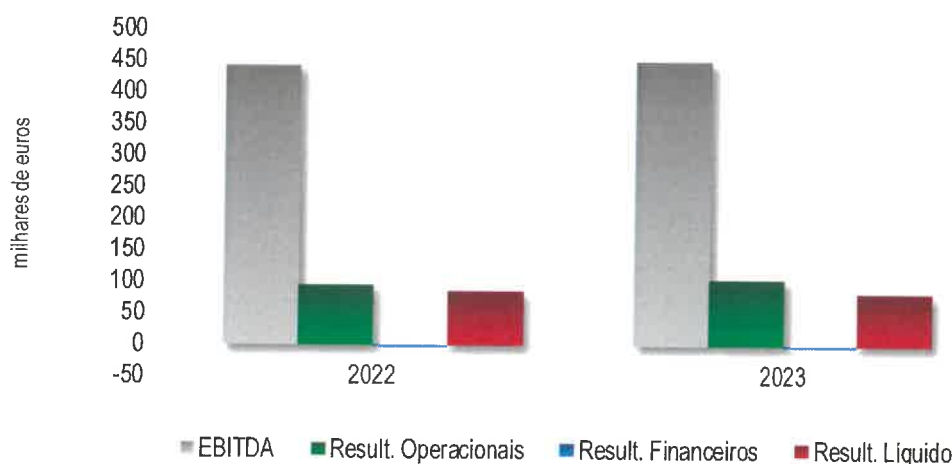
À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2023, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis (12,1 milhões de euros), os saldos a receber de Clientes (167 mil euros) e as Disponibilidades (20,3 mil euros). No lado do Passivo, ressaltam as rubricas relativas a Outras dívidas a pagar não correntes (929 mil euros), que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos (290 mil euros).

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010.



No que respeita ao Capital próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000,00 euros e na rubrica Outros instrumentos de Capital próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 9,6 milhões de euros. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante inicial de 3,7 milhões de euros, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Após a fusão (2015), foi ali também considerado o subsídio governamental obtido pela **valicom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim no mesmo âmbito e no valor inicial de 4,6 milhões de euros. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 89%.

Demonstração dos Resultados



No que concerne à operação económica da entidade em 2023, apesar dos efeitos provocados na atividade económica pela pandemia de COVID-19 e pelo confronto entre a Rússia e a Ucrânia, a contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais bastante positivos em 2023. O EBITDA da entidade cifrou-se em 450,2 mil euros, o que representa uma notável evidência da sustentabilidade operacional da **minhocom**.

O volume de negócios rondou os 609,6 mil euros no ano (+8,7 mil euros face a mesmo período de 2022), com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 81 mil euros (-3,2% face a 2022).

Assim, no período em análise, a **minhocom**, manteve uma excelente performance da sua atividade operacional, como refletem positivamente os seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2021	2022	2023
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	471.376	486.587	475.810
EBITDA*	422.630	443.233	450.240
EBITDA %	70,80%	73,76%	74,93%
Fluxo de caixa das atividades operacionais *	340.489	614.032	391.730
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	89,46%	89,38%	89,05%
Liquidez Geral	81,02%	57,22%	47,39%
Solvabilidade Total	848,66%	841,81%	813,10%

*Valores em euros

Salienta-se que, não só a **minhocom** obteve um notável rácio de autonomia financeira (89,05%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2023, a entidade gerou um fluxo de caixa operacional de 392 mil euros, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Handwritten signatures and marks:
- A large blue signature across the top right.
- The word "Sara" written in blue ink.
- The word "minhocom" in a bold, black, sans-serif font.
- A vertical blue line on the right side.

4. Perspetivas futuras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia e o recente conflito Israelo-Palestiniano os principais catalisadores. A situação na Ucrânia perdura há mais de dois anos, exercendo impacto significativo na inflação mundial, com especial ênfase na área do euro. Até o momento, não se vislumbram perspectivas de resolução deste prolongado conflito. Mais recentemente, o mundo testemunhou um ataque terrorista em Israel, agravando as já delicadas relações entre Israel e a Palestina e resultando num conflito militar entre essas nações. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membro da União Europeia.

Para o ano de 2024, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, sendo a resposta das políticas económicas crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A execução eficiente dos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas que lhe estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

Assim, no decorrer do período de 2024 espera-se que os promotores da **minhocom**, bem como as entidades locais de interesse público para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede de fibra ótica de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da **minhocom**, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

5. Ações próprias

No decurso do período de 2023 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2023, a sociedade não detinha ações próprias.



Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to be 'Salvo' and another that is partially obscured. Below the signatures is the logo for 'minhocom', which consists of the word 'minhocom' in a lowercase sans-serif font, with a stylized graphic element to its right.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2023 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2023, positivo no valor de 81.037,03 euros (oitenta e um mil, trinta e sete euros e três cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados.

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

Gestão dos riscos financeiros

A atividade da entidade está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A gestão do risco implica a identificação, avaliação e realização de coberturas de riscos financeiros com base nos princípios definidos pelo Conselho de Administração, entre os quais o risco de taxa de juro e de crédito.

Risco de mercado

A entidade não identifica nenhuma situação específica ao nível do seu risco de mercado, nomeadamente no que respeita à procura ou aos produtos e serviços transacionados que possa vir a afetar de forma significativa a sua atividade futura, não obstante a manutenção do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia estar a provocar uma escalada dos preços dos combustíveis e das matérias-primas.

Risco de taxa de juro

O Conselho de Administração da entidade não considera, atualmente, a hipótese de cobertura de risco relativamente à variação da taxa de juro, na medida em que as suas demonstrações financeiras à presente data não são afetadas pela mesma.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes das transações decorrentes da atividade. O risco de crédito é avaliado tendo em conta o histórico de relação comercial, a situação financeira do devedor, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da entidade.

Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

Risco de liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é acompanhado semanalmente.

Risco de capital

O objetivo primordial do Conselho de Administração é assegurar a continuidade das operações. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura adequada dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 11 de abril de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda

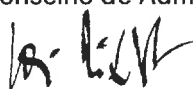
sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Sara da Silva Teixeira

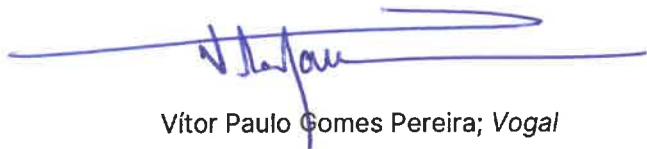
Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*



Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

 Sara T

minhocom 

C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Sara da Silva Teixeira

Vogal: Emília da Graça Neto Cerdeira

Vogal: Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: João Manuel Amaral Esteves

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

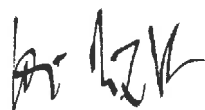
Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Informamos que à data de 31 de dezembro de 2023, e à presente data, os membros do Órgão de Gestão e de Fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade e, durante o período de 2023, não realizaram quaisquer aquisições ou alienações de ações da entidade.

Valença, 11 de abril de 2024

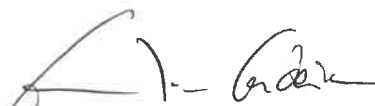
O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Sara da Silva Teixeira

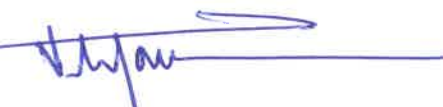
Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*



Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

D) Demonstrações Financeiras Individuais

Balço Individual em 31 de dezembro de 2023

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12.134.407,39	12.693.598,55
		12.134.407,39	12.693.598,55
Ativo corrente			
Clientes	7	167.404,90	109.158,23
Outros créditos a receber	8	13.659,32	11.585,46
Diferimentos	10	306,00	898,37
Caixa e depósitos bancários	4	20.582,53	108.852,89
		201.952,75	230.494,95
Total do ativo		12.336.360,14	12.924.093,50
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	9.563.597,46	10.043.597,46
Reservas legais	13	20.000,00	20.000,00
Resultados transitados	14	(2.426.279,14)	(2.510.005,98)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	3.646.967,35	3.814.513,27
Resultado líquido do período		81.037,03	83.726,84
Total do capital próprio		10.985.322,70	11.551.831,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	17	924.905,57	969.444,29
		924.905,57	969.444,29
Passivo corrente			
Fornecedores	16	38.999,05	29.569,21
Estado e outros entes públicos	9	41.463,89	29.100,02
Outras dívidas a pagar	17	55.691,57	54.171,03
Diferimentos	10	289.977,36	289.977,36
		426.131,87	402.817,62
Total do passivo		1.351.037,44	1.372.261,91
Total do capital próprio e do passivo		12.336.360,14	12.924.093,50

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,

Sane da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade monetária: euros

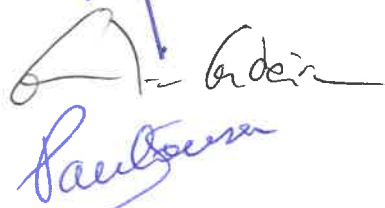
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	18	609.566,94	600.906,96
Fornecimentos e serviços externos	19	(151.441,05)	(140.664,37)
Gastos com o pessoal	20	(43.827,80)	(43.237,97)
Outros rendimentos	21	39.028,38	28.944,04
Outros gastos	22	(3.086,62)	(2.716,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		450.239,85	443.232,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 15	(347.106,52)	(348.445,23)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		103.133,33	94.787,38
Juros e gastos similares suportados	23	(0,29)	(0,32)
Resultado antes de impostos		103.133,04	94.787,06
Imposto sobre o rendimento do período	24	(22.096,01)	(11.060,22)
Resultado líquido do período		81.037,03	83.726,84
Resultado por ação básico		4,05	4,19

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



Sara da Silva Teixeira


A Contabilista Certificada n.º 87721,



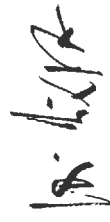
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2023

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2023		100.000,00	10.043.597,46	20.000,00	(2.510.005,98)	3.814.513,27	83.726,84	11.551.831,59
Alterações no período								
Aplicação do resultado do período de 2022				-	83.726,84		(83.726,84)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:								
Método de equivalência patrimonial								
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	15					(212.084,64)		(212.084,64)
Ajustamento em subsídios						44.538,72		44.538,72
Resultado líquido do período					83.726,84	(167.545,92)	(83.726,84)	(167.545,92)
Resultado integral							81.037,03	81.037,03
Operações com detentores de capital no período	12		(480.000,00)					(480.000,00)
Prestações acessórias			(480.000,00)					(480.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2023		100.000,00	9.563.597,46	20.000,00	(2.426.279,14)	3.646.967,35	81.037,03	10.985.322,70

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



Sora dos Silva Teixeira





gestão de infra-estruturas
de telecomunicações

A Contabilista Certificada n.º 87721,



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2022

Unidade monetária: euros

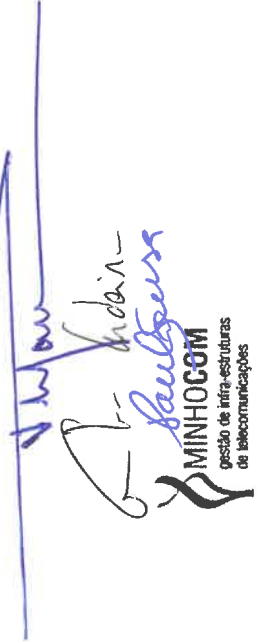
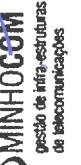
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2022		100.000,00	10.568.597,46	17.225,35	(2.575.001,88)	3.982.059,19	67.770,55	12.160.650,67
Alterações no período								
Aplicação do resultado do período de 2021					64.995,90		(67.770,55)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:				2.774,65				-
Método de equivalência patrimonial						(212.084,64)		-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	15					44.538,72		(212.084,64)
Ajustamento em subsídios						(167.545,92)	(67.770,55)	44.538,72
Resultado líquido do período				2.774,65	64.995,90		83.726,84	(167.545,92)
Resultado integral							83.726,84	83.726,84
Operações com detentores de capital no período								
Prestações acessórias	12		(525.000,00)					(525.000,00)
			(525.000,00)					(525.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2022		100.000,00	10.043.597,46	20.000,00	(2.510.005,98)	3.814.513,27	83.726,84	11.551.831,59

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



Sara da Silva Teixeira



gestão de infra-estruturas
de telecomunicações

A Contabilista Certificada n.º 87721

Daniela Filipa da Silva Aires

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		585.295,29	826.997,86
Pagamentos a fornecedores		(140.321,00)	(163.860,81)
Pagamentos ao pessoal		(43.877,68)	(43.241,97)
Caixa gerada pelas operações		401.096,61	619.895,08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(9.366,68)	(5.863,34)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		391.729,93	614.031,74
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:		-	-
Recebimentos provenientes de:		-	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		-	-
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(0,29)	(0,32)
Restituição de prestações acessórias		(480.000,00)	(525.000,00)
		(480.000,29)	(525.000,32)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(480.000,29)	(525.000,32)
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		(88.270,36)	89.031,42
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	108.852,89	19.821,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20.582,53	108.852,89

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



Sane da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 87721,



Sarot
bi - J

minhocom



Anexo em 31 de dezembro de 2023

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: **minhocom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim

Sede social: Avenida Miguel Dantas, n.º 69, Valença

Data de constituição: 20 de março de 2008

N.º de contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas

Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma microentidade. No entanto, a entidade exerceu a opção prevista no n.º 2 do art.º 9.º - D daquele diploma, aplicando o regime geral composto pelas NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.





3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

Sar. T. 


minhocom 

3.1.2. Regime de acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas “Diferimentos”, “Outros créditos a receber” ou “Outras dívidas a pagar”.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

San J. M. - 8

minhocom

Relatório & Contas 2023

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

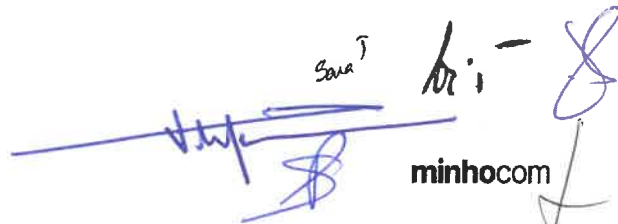
Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum

Relatório & Contas 2023



indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	1 a 8	12,5 a 100

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago

Relatório & Contas 2023

Sana T
de: -
[assinatura]
minhocom
[assinatura]

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo

todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread; e
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Sua *li* *8*

minhocom

Os “encargos financeiros” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito é reconhecido nos serviços prestados na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”, sendo reconhecidos

Relatório & Contas 2023

Sara
minhocom

na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento sendo imputados na demonstração dos resultados na proporção das depreciações dos bens subsidiados.

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Sava
H
minhocom

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam

diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2020 a 2023, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

Relatório & Contas 2023

Sant
bi
minhocom

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	-	81,41
Depósitos bancários	20.582,53	108.771,48
Total de caixa e depósitos bancários	20.582,53	108.852,89

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Têm participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho	51,01%
dstelecom, s.a.	48,99%

Relatório & Contas 2023

Sana^T *bi* - 8
↓
minhocom ✓

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante os períodos de 2023 e 2022 foram as seguintes:

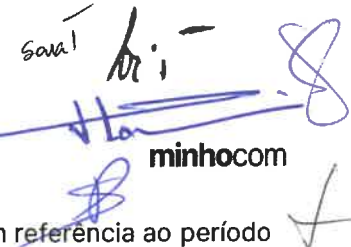

	2023	2022
Órgãos Sociais	37.395,83	36.912,91
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	40.347,83	39.864,91

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2023, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	7.517.005,10	1.860.199,91	10.700,51	9.387.905,52
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	12.693.598,55	-	-	12.693.598,55
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,16)	-	-	(559.191,16)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,16	-	-	559.191,16
Depreciações	559.191,16	-	-	559.191,16
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
5.5 Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	12.134.407,39	-	-	12.134.407,39

Relatório & Contas 2023

Sant' Ari -

minhocom


A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2022, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	6.957.814,07	1.858.861,07	10.700,51	8.827.375,65
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	13.252.789,58	1.338,84	-	13.254.128,42
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,03)	(1.338,84)	-	(560.529,87)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,03	1.338,84	-	560.529,87
Depreciações	559.191,03	1.338,84	-	560.529,87
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
5.5 Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	12.693.598,55	(0,00)	-	12.693.598,55

Nos períodos de 2023 e de 2022, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023			2022		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao Investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao Investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(559.191,16)	212.084,64	(347.106,52)	(560.529,87)	212.084,64	(348.445,23)
	(559.191,16)	212.084,64	(347.106,52)	(560.529,87)	212.084,64	(348.445,23)

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

savat
 mi;-
 minhocom
 ✓

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Clientes c/c	167.404,90	109.158,23
Clientes de cobrança duvidosa	13.962,35	13.962,35
	181.367,25	123.120,58
Perdas por imparidade acumuladas	(13.962,35)	(13.962,35)
	167.404,90	109.158,23

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Reclamadas judicialmente	13.962,35	13.962,35
	13.962,35	13.962,35

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	12.063,30	10.056,48
	12.063,30	10.056,48
Outros devedores	1.596,02	1.528,98
	13.659,32	11.585,46

Relatório & Contas 2023

Sara T
Vla
bi-
minhocom
f

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre rendimento	16.309,01	6.626,22
Retenção de impostos sobre rendimento	659,00	715,93
Imposto sobre o valor acrescentado	23.254,42	20.506,72
Contribuições para a Segurança Social	1.241,46	1.251,15
	41.463,89	29.100,02

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Gastos e rendimentos a reconhecer” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	306,00	-
Outros gastos	-	898,37
	306,00	898,37
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	289.977,36	289.977,36
	289.977,36	289.977,36

Relatório & Contas 2023

Sare
bi
H
minhocom

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo acionista privado no valor de 9.563.597,46 euros, que não vencem juros e que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

De acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral de proceder à restituição das prestações acessórias mediante disponibilidade de tesouraria, e desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis, no período foram restituídas prestações acessórias no montante de 480.000,00 euros.

13. Reservas

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Reservas legais	20.000,00	20.000,00
	20.000,00	20.000,00

14. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Resultados transitados	(2.426.279,14)	(2.510.005,98)
	(2.426.279,14)	(2.510.005,98)

Relatório & Contas 2023

Sent
bi
minhocom

15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 “Redes Comunitárias”, sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 euros.

Após a fusão com a entidade **valicom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim, em 2015, foi ali também considerado o subsídio governamental obtido por aquela entidade no mesmo âmbito e no valor de 4,6 milhões de euros.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica “Outras variações no capital próprio” e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2023, o valor reconhecido, foi de 212.086,64 euros.

Tal como explicitado na nota 3, na Demonstração dos Resultados, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores c/c	38.999,05	29.569,21
	38.999,05	29.569,21

Relatório & Contas 2023

Santa Rita
Vila
minhocom
J

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
Passivo não corrente		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	924.905,57	969.444,29
	924.905,57	969.444,29
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	1.375,85	1.359,11
Remunerações a pagar	6.577,10	6.577,10
Fornecimentos e serviços externos	3.182,12	1.678,32
Outros acréscimos de gastos	18,75	18,75
Ajustamentos em subsídios ao investimento	44.537,75	44.537,75
	55.691,57	54.171,03

18. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2023 e de 2022, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023			2022		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Serviços prestados	609.566,94	-	609.566,94	600.906,96	-	600.906,96
	609.566,94	-	609.566,94	600.906,96	-	600.906,96

Relatório & Contas 2023

San-T
minhocom

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023	2022
Subcontratos	6.091,52	9.814,39
Eletricidade	58.832,51	47.107,48
Material escritório	-	(58,00)
Rendas e alugueres	70.355,88	70.355,88
Comunicação	195,00	-
Seguros	5.527,06	3.593,53
Contencioso e notariado	55,00	240,00
Conservação e reparação	225,00	1.970,13
Trabalhos especializados	8.412,90	6.400,00
Licenças de software	1.626,84	1.240,96
Outros FSE	119,34	-
	151.441,05	140.664,37

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

	2023	2022
Administradores	5	5
Empregados	-	-
	5	5

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	37.395,83	36.912,91
Encargos sobre remunerações	6.076,37	6.046,80
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	306,61	224,99
Gastos de ação social	48,99	53,27
	43.827,80	43.237,97

Relatório & Contas 2023

sameT
H
minhocom
F

21. Outros rendimentos

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023	2022
Rendimentos suplementares	35.961,79	28.924,03
Excesso de estimativa para impostos	3.046,54	-
Outros rendimentos	20,05	20,01
	39.028,38	28.944,04

22. Outros gastos

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023	2022
Impostos e taxas	2.835,70	2.580,00
Serviços bancários	250,92	135,99
Outros gastos	-	0,06
	3.086,62	2.716,05

23. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2023	2022
Juros de mora e compensatórios	0,29	0,32
	0,29	0,32

24. Imposto do período

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
1 Resultado antes de impostos	103.133,04	94.787,06
2 Imposto corrente	22.096,01	11.060,22
3 Imposto diferido	-	-
4 Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	22.096,01	11.060,22
5 Tributações autónomas	518,41	517,77
6 Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento (6 = (4 + 5) / 133,00)	21,93%	12,21%

25. Acontecimentos após a data do balanço

Relatório & Contas 2023

Sau
L
minhocom

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2023) e a data de autorização para a sua emissão (11 de abril de 2024), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

26. Impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia nas demonstrações financeiras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia e o recente conflito Israelo-Palestiniano os principais catalisadores. A situação na Ucrânia perdura há mais de dois anos, exercendo impacto significativo na inflação mundial, com especial ênfase na área do euro. Até o momento, não se vislumbram perspectivas de resolução deste prolongado conflito. Mais recentemente, o mundo testemunhou um ataque terrorista em Israel, agravando as já delicadas relações entre Israel e a Palestina e resultando num conflito militar entre essas nações. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membro da União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2023, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

27. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.



28. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 11 de abril de 2024. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Valença, 11 de abril de 2024

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela Filipa da Silva Pires

Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*

Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*

Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*

Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

E) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 12.336.360,14 euros e um total de capital próprio de 10.985.322,70 euros, incluindo um resultado líquido do período de 81.037,03 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
 Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
 ge jmm.sroc.pt

Escritórios
 Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Jmm SROC
 Av. 31 de Janeiro, n.º 31, RC
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 769



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 13 de maio de 2024.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros
 Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
 geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Polo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

www.jmm.sroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 081 F(+351) 253 213 759

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do período apresentados pelo órgão de gestão da Entidade **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas em 13 de maio de 2024, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.
4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o órgão de gestão e os serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas do período de 2023, tal como foram apresentados pelo órgão de gestão.

5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao órgão de gestão e aos serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 13 de maio de 2024.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MARIO GUIMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC: 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros
 Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
 seral@jmm.sroc.pt

Escritório
 Polo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

minhocom
 Av. 31 de Janeiro n.º 31 R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759